
Representações identitárias, história e romance: apontamentos sobre a Geração de 1870 no Brasil e em Portugal

Representations of identity in History and Romance: Notes on 1870 Generation in Brazil e Portugal

Maria Aparecida Rezende Mota

Instituto de História / Universidade Federal do Rio de Janeiro

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2023.n49a756>

RESUMO

Nas décadas finais do século XIX, um conjunto de letrados brasileiros e portugueses – a Geração de 70 – ocupou-se em explicar seus países e propor soluções para integrá-los à “marcha da civilização”. Entretanto, seus escritos manifestam uma tensão básica: se, de um lado, França e Inglaterra forneciam o padrão a alcançar por ambas as sociedades, consideradas atrasadas (Brasil) ou decadentes (Portugal); de outro, poderia conduzi-las à perda do “caráter nacional”. No esforço de (re)criar suas respectivas nações, a Geração de 70 deixou, no traço *realista* do Romance e na escrita *objetiva* da História, autoimagens do *ser português* e do *ser brasileiro*. Ao analisar essas representações identitárias, privilegiou-se o papel central do imaginário social na construção simbólica da comunidade no interior de um *discurso* localizado social e historicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil e Portugal; Geração de 1870; civilização; nação; imaginário social.

ABSTRACT

In the final decades of the 19th century, a group of Brazilian and Portuguese scholars – the 1870 Generation – was concerned with explaining their countries and proposing solutions to integrate them into the “march of civilization”. However, his writings manifest a basic tension: if, on the one hand, France and England provided the standard to be achieved by both societies, considered backward (Brazil) or decadent (Portugal); on the other hand, it could lead to the loss of “national character”. In an effort to re(create) their respective nations, the Generation of 70 left, in Romance realistic tracing and in History objective writing, self-images of being Portuguese and being Brazilia. When analyzing these identity representations, the central role of the social imaginary in the symbolic construction of the community inside a socially and historically located discourse was privileged.

KEYWORDS: Brasil and Portugal; 1870 Generation; civilization; nation; social imaginary.

Nas últimas décadas do século XIX, Brasil e Portugal presenciaram um movimento cultural e político desencadeado por um número expressivo de letrados empenhados em entender e explicar seus países. Para além, no entanto, da crença na possibilidade de eliminação das fronteiras epistemológicas entre o mundo natural e o mundo humano, fundamento das doutrinas progressistas e dos modelos de escrita realista-naturalista adotados por esses escritores, sua prática historiográfica e sua prática ficcional revelam o afloramento de afetos, valores, expectativas, frustrações e desejos em suas representações do *ser* brasileiro e do *ser* português.

Esses dois gêneros de narrativa – História e Romance – não serão considerados neste ensaio, respectivamente, apenas como a ciência que se ocupa em relatar e esclarecer a trajetória de indivíduos e/ou grupos humanos, na sucessão temporal; e a literatura, como um complemento às fontes documentais, ou chave para o “desvendamento” da sociedade. Iremos tratá-los como registros discursivos

que contêm representações da vida humana e social, em determinados tempos e espaços, ponto de partida, neste sentido, para a elaboração de uma problemática e de uma interpretação acerca da criação de representações identitárias, ou seja, de autoimagens nacionais.

É desta perspectiva, portanto, que examinamos algumas características da História e da Literatura oferecidas à leitura no Brasil e em Portugal, nas décadas finais do Oitocentos. Destacava-se, tanto aqui quanto lá, no cenário da política e das letras, um conjunto heterogêneo de escritores ao qual se denominou (com maior ou menor convicção) de Geração de 1870. Sua atuação orientava-se por um conteúdo crítico e obedecia a um programa — no caso português, de forma explícita; no caso brasileiro, um tanto difusa — voltado para os campos político, intelectual e estético. Os princípios que norteavam os ataques e as propostas de escritores brasileiros e portugueses dispunham-se em três vertentes principais: a convicção acerca da obsolescência do sistema monárquico; o descrédito em relação aos modelos arcaicos de pensamento e de ensino e a rejeição à produção e ao consumo de uma literatura ultrapassada. Era necessário, pois, promover a superação dessas condições político-culturais para que se produzisse a modernização de suas respectivas sociedades.

Nos trabalhos publicados por esses letrados portugueses e brasileiros, encontramos recorrentemente a representação de uma sociedade, cujos traços predominantes — ignorância, preconceito, submissão aos poderes político e religioso, conformismo, apatia — necessitavam ser regenerados. Esse objetivo implicava uma tomada de atitude: o engajamento em uma prática crítica e pedagógica que assumiu, com frequência, contornos político-partidários. Essa militância resultaria em uma nova orientação que encaminhasse o país no sentido do *progresso*, palavra-chave do século, palavra-irmã de outra que nascera com o Iluminismo — *civilização*. Para aqueles intelectuais portugueses e brasileiros, a reforma dos esquemas mentais da vida

nacional passava, em primeiro lugar, pela realização de um amplo processo de educação e de acesso à informação que alcançasse a massa submissa, preparando-a para acompanhar a “marcha do progresso” e, assim, alcançar um lugar no mundo civilizado.

A convicção de que uma geração específica tenha assumido a liderança intelectual nas últimas décadas do século XIX expõe diferenças no que concerne aos estudos portugueses e brasileiros. Em Portugal, a existência da Geração de 1870 e de seu protagonismo é um dado inquestionável em grande parte da literatura sobre o período¹. De fato, ela obteve visibilidade no espaço público, em seu próprio tempo, ao contrário da nossa, que recebeu a denominação posteriormente. Não se pode duvidar, no entanto, que a Geração de 70 brasileira – alargando-se o critério etário e considerando-se certas variantes, no que tange aos movimentos literário e político – atuou de forma expressiva na vida intelectual e política brasileira das últimas décadas do século XIX. Observemos, primeiramente, o caso português.

O marco inicial do movimento em Portugal situa-se nas “Conferências Democráticas” realizadas, entre maio e junho de 1871, no Casino Lisbonense. O texto estampado no panfleto que as divulgava – assinado, entre outros, por Antero Tarquínio de Quental, José Maria de Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Joaquim Pedro de Oliveira Martins e Joaquim Teófilo Fernandes Braga – tem sido identificado como o Manifesto da Geração de 1870, porquanto nele encontra-se a diretriz que norteava suas ideias e suas ações: a modernização do país. Mobilizados pelo impacto dos últimos acontecimentos em Paris – a Comuna instaurada em março daquele ano e que viria a ser esmagada na mesma semana em que se iniciavam as Conferências

¹ Ver, entre outros: (CIDADE, 1961), (MARQUES, 1981), (MEDINA, 1984), (PIRES, 1992), (SÁ, 1986).

—, os autores do Programa/Manifesto expõem claramente seus objetivos: ligar Portugal ao movimento moderno, fazendo-o, assim, “nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada” e “estudar as condições da transformação política, econômica, e religiosa da sociedade portuguesa” (QUENTAL, 1982, p. 253-254). Contudo, o público lisboeta assistiu apenas cinco das conferências programadas. O Marquês de Ávila e Bolama, presidente do Conselho de Ministros, suspendeu-as sob a alegação de que atacavam a religião e as instituições do Estado (SARAIVA, 1995, p. 44-47).

Um ano antes, porém, Teófilo Braga já se destacara na cena cultural com a publicação da “Introdução” de sua *História da Literatura Portuguesa*. Inspirado no historicismo alemão – sobretudo nas teses de Johann Gottfried Herder, com sua valorização dos conteúdos nacionais e populares da cultura –, Braga explorava o romanceiro, o cancionero e a novelística populares, adotando um inovador ponto de vista etnológico para seu trabalho. Aquele foi também o ano em que o historiador Joaquim Pedro de Oliveira Martins e José Fontana, gerente da Livraria Bertrand, lançaram o quinzenário *República – Jornal da Democracia Portuguesa*. Iniciava-se, assim, o jornalismo republicano português. Cabe lembrar, ainda, que, no mesmo ano das Conferências do Casino, *As farpas: Chronica Mensal da Politica, das Letras e dos Costumes*, sob a direção de José Duarte Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, inauguravam seu programa de crítica ferina à sociedade portuguesa.

No caso brasileiro, diversas interpretações acerca do movimento intelectual das últimas décadas do século XIX destacam, nos anos Setenta, os primeiros sinais de uma renovação da inteligência nacional². João Cruz Costa, em sua obra clássica, é categórico quando

2 Ver, entre outros: (AZEVEDO, 1963), (COUTINHO, 1955), (SODRÉ, 1960), (VENTURA, 1991).

afirma que, “em 1870, novos matizes de ideias começam a se fazer sentir na vida intelectual brasileira” e que o positivismo, o naturalismo e o evolucionismo “vão se exprimir agora no pensamento nacional e determinar um notável progresso do espírito crítico” (COSTA, 1967, p. 115.).

Efetivamente, um conjunto de literatos, inspirados nas novas doutrinas e tendências literárias, dispostos a entender e a explicar o Brasil, começava a escrever por volta de 1875-80: mentores e fundadores de Academias e Centros Literários no Norte e no Nordeste, como Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo; juristas, como Clóvis Beviláqua, Lafayette Rodrigues Pereira e Pedro Lessa; partidários do positivismo, como Miguel Lemos e Teixeira Mendes. E mais, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Manuel Bomfim, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Inglês de Souza, Adolfo Caminha e tantos outros. Adeptos das filosofias progressistas da História, muitos deles propunham-se a divulgar as novas ideias e os novos modelos literários, enquanto defendiam o fim da escravidão e do regime imperial, obstáculos ao progresso social. Alfredo Bosi assinala que Auguste Comte, Hippolyte Taine, Herbert Spencer, Charles Darwin e Ernst Haeckel foram os mestres desses homens de letras – de Tobias Barreto a Euclides da Cunha – enfim, de todos aqueles “que viveram a luta contra as tradições e o espírito da monarquia” (BOSI, 1970, p. 181).

É plausível, portanto, definir que esse conjunto de letrados inovadores inclui do Machado de Assis de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, isto é, a partir de 1880, ao Graça Aranha de *Canaã*, cuja primeira edição é de 1902. Estes nomes estão aqui indicados como representativos e não excludentes, uma vez que os caminhos abertos por eles foram seguidos por outros escritores no período em questão. Comprometidos com a renovação política e literária, vários deles não chegaram a presenciar o ano primeiro do século XX, enquanto outros

completavam pouco mais de trinta anos àquela altura. Todavia, para além de critérios etários, factuais, ou, ainda, de natureza doutrinária, ou de origem social, todos aqueles que manifestaram essa sensibilidade ao novo e à mudança – realistas e naturalistas no romance e na poesia; formuladores de explicações materialistas, evolucionistas e positivistas para o indivíduo e a sociedade; abolicionistas e republicanos – integraram a Geração de 1870 brasileira. Assinale-se que, no campo político, o ano de 1870 também presenciou a publicação do “Manifesto Republicano” nas páginas do jornal carioca, *A república*, prefigurando o lento declínio do regime monárquico.

O ativismo desses escritores, nos dois lados do Atlântico, contudo, começaria a esmorecer cerca de vinte anos depois, quando, em novembro de 1889, instalava-se o regime republicano no Brasil; e, em Portugal, o *Ultimatum* britânico de 11 de janeiro de 1890 impunha ao governo português a desistência de reunir as terras angolanas e moçambicanas, sob pena de retaliação armada. Em Portugal, a indignação, a humilhação, o pessimismo, o trauma³. No Brasil, as promessas de democracia, progresso econômico e ampliação do ensino dissipam-se na desilusão com o novo regime que parecia repetir e ampliar os desacertos de antes. A monarquia fora derrubada, mas os métodos eleitorais empregados pelas oligarquias aí estavam para desmentir a soberania popular; os escravos haviam sido libertos, mas apenas para aumentar o contingente dos párias. A nação continuava excludente, fortemente hierarquizada e irremediavelmente analfabeta.

3 Um dos mais notáveis estudiosos da identidade cultural portuguesa afirma que “o Ultimatum não foi apenas uma peripécia particularmente escandalosa das contradições do imperialismo europeu, foi o *traumatismo-resumo* de um século de existência nacional traumatizada” (LOURENÇO, 1991. p. 25, grifo do autor).

Artigos, crônicas, romances, charges e livros de História, publicados profusamente ao longo das décadas de 1870 e 1880, sugerem que esses militantes das Letras e da Política escreveram sob o duplo signo da urgência e da exigência – urgência em libertar suas sociedades do atraso político, econômico e cultural; exigência em (re)construir a nacionalidade, por eles percebida como insignificante – um “país de espectros”, nas palavras de Antero de Quental (1982, p. 294); uma nação em que se conjugavam “a apatia do povo e a leviandade das elites” (1910, p. 109), conforme Sílvio Romero (1910, p. 109).

A ideia de renovação, no entanto, incluía para além de seu traço mais visível – a modernização literária e política –, a reforma “moral”. Apesar da fluidez deste conceito, ele traduzia a transformação que aquele conjunto de intelectuais aspirava para seus respectivos países. Assim, os padrões do cidadão inglês ou do francês eram tomados como modelos para as sociedades portuguesa e brasileira, classificadas como decadentes, de um lado, e atrasadas, de outro.

No entanto, é possível observar, nesse discurso, uma tensão entre o desejo e a rejeição: o modelo tanto poderia significar o patamar que se almejava atingir no “concerto das nações”, quanto a perda do “caráter nacional”. Na obra de Eça de Queirós, por exemplo, é possível constatar uma sensível substituição de modelos. Em *Os Maias*, publicado em 1888, o personagem a quem Eça concede as melhores qualidades de caráter é o avô, Afonso da Maia, que faz educar o neto, Carlos da Maia, por um preceptor inglês. Todo o terceiro capítulo do romance é uma comparação entre os métodos pedagógicos de Portugal e da Inglaterra, com grande desvantagem para o primeiro. Entretanto, ao analisar *A cidade e as serras*, cuja primeira edição é de 1901, podemos interpretar a opção do protagonista pela vida rústica, como o modo escolhido por Eça para expressar sua desilusão em relação às formas de vida citadina e aos luxos da civilização, simbolizados pelo palacete de Jacinto de Thormes em Paris; Jacinto aban-

dona-o, acomodando-se prazerosamente em sua quinta, no Baixo Douro. Observa-se, portanto, a rejeição ao modelo civilizatório europeu e a apologia do retorno ao “autêntico” Portugal das paisagens intocadas e dos homens e mulheres que labutavam nas sementeiras e nas colheitas, onde, certamente, vivia ainda a “alma nacional”.

Nesse sentido, a produção discursiva da Geração de 70 acaba por revelar impasses. Os padrões de civilização e de cidadania localizavam-se no exterior, na Inglaterra, na França ou, ainda, na Alemanha. Como conciliar a *invenção do nacional brasileiro* e a *reinvenção do nacional português* por meio desses modelos estrangeiros, sem perder a “essência” da nacionalidade?

Entretanto, cabe comentar, ainda, alguns aspectos da conjuntura econômica vivenciada pelos escritores portugueses e brasileiros. Experimentava-se, àquela altura, no Brasil e em Portugal, os efeitos de mudanças significativas, iniciadas por volta de 1850. Sem estabelecer relações mecânicas de causa e efeito entre essas transformações e o movimento modernizador, é necessário, no entanto, assinalar a frequência, nos textos que examinamos, de alusões ao descompasso entre o ritmo econômico e as instituições políticas e culturais. Seus autores percebiam e denunciavam a aceleração das atividades econômicas frente à inércia política e mental.

Observa-se, no último quartel do século XIX, o esforço do governo português para renovar a estrutura arcaica de produção. Embora mais lentas do que nos países europeus, as medidas adotadas, além de favorecerem o crescimento de um mercado de âmbito nacional, repercutiram na vida das cidades, facilitando a comunicação com o estrangeiro, de onde vinham as ideias novas – do liberalismo ao socialismo de Proudhon, Marx e Bakunin; do positivismo ao hegelianismo e à filosofia de Hartmann; de Vico e Michelet a Taine, a Flaubert e a Zola (SERRÃO, 1978, vol. II, p. 62-63). É neste quadro que Serrão situa a atuação da Geração de 1870.

Embora assumindo outras configurações, a sociedade brasileira também mudara, àquela altura. A proibição do tráfico de escravos, a decadência da economia açucareira e o deslocamento do centro decisório para o Sul com a dinamização da economia cafeeira resultaram numa crescente diferenciação na composição social e, por consequência, em novos interesses que se manifestaram no cenário político. A gestação dessas mudanças, na verdade, iniciara-se em meados do século, mas sua expressão iria adquirir visibilidade apenas nas décadas finais.

Nesse cenário de crescimento econômico, emerge e se afirma o ideário absorvido pelos escritores, aqui e lá. Esse conjunto de ideias situava-se nos marcos de duas linhas-mestras do pensamento no Oitocentos. No campo epistemológico, destacava-se o paradigma unitário a postular a submissão do mundo físico e do mundo humano à inteligibilidade dos vetores que os orientavam, alicerces do cientificismo, essa crença na possibilidade de uma linguagem capaz de traduzir a verdade da natureza e do homem. No campo político, o liberalismo e o socialismo ampliavam suas hostes com a esperança da liberdade e da igualdade universais. Da confiança iluminista no gradual aperfeiçoamento do destino coletivo, passara-se ao otimismo de um progresso evolutivo, centrado nas contribuições da biologia, em especial, das noções de adaptação e de meio. No interior da lógica unitária, operava-se o transplante da história natural, ou melhor, de seu esquema explicativo – a evolução – para a história social.

Soa um tanto ilógico que intelectuais de nações consideradas (por esses mesmos intelectuais) estagnadas, econômica e politicamente; atrasadas culturalmente; e, sobretudo, situadas num patamar inferior na escala evolutiva⁴, adotassem essas ideias liberais e progres-

4 Essa classificação fundamentava-se nas teses da incapacidade própria aos habitantes dos trópicos de enfrentarem a natureza hostil, conforme postulava

sistas com seu conteúdo otimista. Além disso, em um desses países, o disparate era ainda maior se considerarmos que, nele, liberalismo e escravismo protagonizavam a mesma cena. Mas o fato é que nesse país, o Brasil, e não só nele, mas na América Latina, eram essas as ideias que orientavam as elites letradas. Tratava-se, tão somente, de uma imitação servil do modelo civilizacional europeu?

Parece-nos que não. Buscava-se, àquela altura, os instrumentos apropriados à construção de representações identitárias que superassem as imagens projetadas no interior dos quadros de ferro das teorias mesológicas e raciais. Nossos letrados precisavam acreditar numa singularidade legitimadora da nacionalidade. Por outro lado, necessitavam também se convencer da existência de uma unidade da civilização que conferiria uma dimensão mais larga a essa identidade nacional. A noção de processo é particularmente cara a esses intelectuais, na medida em que, sem deixar de contemplar as peculiaridades étnicas ou culturais, indica que as diferenças entre as nações se originam da etapa em que se encontram; e não do meio ou da raça. As doutrinas que triunfam são, por conseguinte, as que comportam uma filosofia progressista da história, exatamente aquelas que melhor servem ao propósito da construção de uma autoimagem nacional integrada à cultura ocidental.

A lei do progresso, pois, conduziria portugueses e brasileiros à transição inevitável do atraso à prosperidade. A razão evolutiva pretendia, assim, elucidar as diferenças políticas, econômicas e culturais entre as sociedades, por meio da noção de *estágio*: a posição em que cada cultura se encontrava, em relação à que fora definida como parâmetro, a partir do qual se constatava a superioridade ou

Henry Thomas Buckle (1865); e da deterioração da raça, conforme o pensamento de Joseph Arthur de Gobineau (1855).

a inferioridade de uma nação. O conceito de civilização no mundo ocidental designa, simultaneamente, valores espirituais e valores materiais. O modelo civilizacional, portanto, implica tanto o domínio de um conjunto de técnicas e de práticas que os indivíduos mobilizam para atuar sobre a natureza, quanto regras e valores que orientam as atitudes e as atividades humanas. Entretanto, mais do que isso, o conceito expressa, “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo” (ELIAS, 1990, p. 23).

Já apontamos em que “estágio civilizacional” encontravam-se Brasil e Portugal, de acordo com as formulações de seus intelectuais. No entanto, com a noção de fase, estágio, etapa – explícita ou implícita, nas práticas discursivas que examinamos –, pretendia-se resolver certas questões imperativas: o que somos? O que queremos ser? Por que somos assim? O que devemos fazer para nos tornarmos um lugar de civilização? Essas indagações articulavam duas imagens mentais: civilização e nação, referências indiscutíveis no pensamento do Ocidente europeu, àquela altura.

Para além, todavia, da existência real das nacionalidades, isto é, de indivíduos que se percebem como habitantes de um território definido, com uma língua comum e formas específicas de organização social, política e econômica, é preciso examinar a *ideia* e o *sentimento* de pertencimento a uma coletividade. Ambos se inscrevem no que Ernest Cassirer denominou de *atividade simbólica*, o conjunto de símbolos que estruturam as relações dos seres humanos com o mundo. Considerar a *nação* desta perspectiva significa admitir seu caráter de construção simbólica integrada ao imaginário social. Bronislaw Baczko sustenta que o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, na medida em que ele se constitui como uma das respostas que a coletividade dá a seus conflitos e violências reais ou potenciais.

É no interior do imaginário social que uma coletividade concebe um universo de significados e de valores, com os quais designa a sua identidade. O mito, a arte, a religião, a ciência – *discursos* no interior dos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem – convertem, por conseguinte, o imaginário social em algo inteligível e comunicável. Essa linguagem possibilita que os seres humanos ajam, pensem e sintam, ou seja, organizem seus sentimentos, desejos e pensamentos na relação consigo mesmos e com outros indivíduos. O que analisamos aqui é, portanto, uma dessas representações – a instituição imaginária da nação, forma historicamente mais recente de elaboração de uma identidade coletiva –, inscrita em distintos territórios discursivos, o ficcional e o historiográfico⁵.

A vida política também é construída simbolicamente. Na medida em que se trata de uma das formas de existência comunitária humana, ela também está sujeita ao regime das representações. Neste sentido, tal como o mito, a religião ou a arte, o espaço político – interpretado aqui como uma das estratégias humanas para organizar a coletividade – compõe a dimensão simbólica da vida social. Em seu interior, a nação se inscreve como a representação mais poderosa que a modernidade elaborou para definir, narrar e explicar a existência comunitária.

Ao longo do século XIX, observa-se uma articulação peculiar entre o discurso ficcional e o científico, mais exatamente entre o romance e a historiografia. Tal articulação se processava em torno desse tema/problema – a nação –, sujeito e objeto de uma escrita que se queria comprometida com suas especificidades. Nos campos político e li-

⁵ Para os desdobramentos analíticos dos conceitos *atividade simbólica* e *imaginário social*, ver (CASSIRER, 1994), (BACZKO, 1985), (CASTORIADIS, 1982).

terário, *nação* apresenta-se como categoria central e critério indispensável para o julgamento do texto. Luís Costa Lima assinala que a nacionalidade, na escrita romântica (literária e histórica), é exaltada como um “princípio defensivo”, uma substância, como a única entidade estritamente real (LIMA, 1989, p. 52.).

Assinale-se que o romance opera em dois níveis do simbólico: não só depende da manutenção de uma rede de representações homogêneas que possibilite ao leitor encontrar-se e reconhecer-se nas vicissitudes dos personagens – uma das razões de seu êxito – como também torna possível, e aqui seguimos os argumentos de Benedict Anderson, a articulação entre o leitor e uma comunidade anônima, fictícia, instituída como real, pelas noções do simultâneo e do contínuo, esquemas temporais centrais na narrativa ficcional moderna, condição para pensar a nação “como uma comunidade compacta que se move firmemente através da história” (ANDERSON, 1989, p. 31- 45).

Narrativas ficcionais e historiográficas tornaram-se, então, espaços discursivos preferenciais para a encenação de uma determinada forma de vida comunitária. Certas ênfases presentes nessas narrativas – a manifestação de sinais de diferenciação em relação à metrópole, no caso da literatura e da história produzidas em ex-colônias, como observamos no primeiro romantismo brasileiro; a afirmação e manutenção do estatuto imperial, em obras elaboradas na Europa dominante – revelam sua dimensão política. Na medida em que ficção e ciência histórica são concebidas em acordo aos sistemas de referências que integram o imaginário social, ambas podem ser interpretadas como instrumentos empregados para significar o mundo e, por conseguinte, criá-lo; de onde advém sua eficácia política. A propósito, Eduardo Lourenço observa que “o verdadeiro saber englobante do século XIX é a História, mas o espelho interior desse saber e

do seu não saber, em termos imaginários, é o Romance” (LOURENÇO, 1992, p. 33).

É pertinente, ainda, assinalar outro atributo dessas narrativas oitocentistas. No decorrer do século, a historiografia e o romance acabaram por se encontrar em um mesmo território, o da prática da linguagem. As diferenças entre as marcas discursivas de um cientista e de um romancista abreviam-se no momento em que a escrita da história e a escrita do romance conformaram-se ao paradigma da objetividade. Nas duas modalidades, o primado da verdade impunha a necessidade da transposição do “real” para o texto explicativo e para o texto ficcional, a ser obtida pela adoção de uma linguagem objetiva, condição necessária para expor a verdade.

Considerando que estes apontamentos contemplam as formas nas quais, em determinadas coletividades, o imaginário social e a experiência coletiva do vivido foram elaborados e apresentados nas modalidades ficcional e/ou historiográfica, nosso horizonte de leitura da produção discursiva da dupla Geração de 1870 implica reconhecê-la como um esforço de autodiagnose. Desta perspectiva, o romance e a história configuram-se como estratégias discursivas, por meio das quais, uma representação totalizante e identitária – a nação – foi elaborada, posta em circulação, assimilada e reelaborada pelo leitor nos limites do conjunto de referências em que se situava sua leitura. Retornemos, então, a essas estratégias discursivas.

Eça de Queirós, ao ocupar-se em expor realisticamente a sociedade portuguesa a ela mesma, pretendia contribuir para a mudança da consciência social, da qual poderia advir o progresso dos costumes e das maneiras de pensar. Em suas páginas, encontramos personagens e cenas a demonstrar os vícios do clero, a futilidade das camadas dominantes, a péssima educação das mulheres, a sordidez da política, as disputas estéreis da academia, enfim, todo um mundo português que a *verdade do realismo* – a Literatura Nova que apre-

sentara à sociedade lisboeta nas “Conferências Democráticas”, em 1871 – pretendia desnudar e corrigir. A “verdade” na literatura, para esses escritores formados na convicção da superioridade da ciência sobre todas as outras modalidades de compreensão humana da realidade, correspondia à objetividade necessária à formulação de razões para os fenômenos da natureza e do homem. A verdade era, pois, uma espécie de compromisso assumido por todo um conjunto de homens de letras: trazer à forte luz do dia as coisas e os indivíduos, isto é, mostrá-los como “realmente são” e explicá-los à luz das leis que enunciavam o porquê dos comportamentos humanos e dos processos sociais.

Teófilo Braga e Antero de Quental, em seus primeiros trabalhos, já demonstravam essa preocupação com o progresso social e seu comprometimento com a verdade. O poeta açoriano ia mais além: propunha uma transformação ampla, não contemplando apenas a sociedade portuguesa, mas, a humanidade em geral, ou seja, a “reconstrução do mundo humano sobre as bases eternas da Justiça, da Razão e da Verdade”, com a exclusão “dos Reis e dos Governos tirânicos, dos Deuses e das Religiões inúteis” (QUENTAL, 1865, p. 160).

Teófilo Braga, por sua vez, já identificava, em 1865, a presença do paradigma realista nas Artes, ao postular a Estética como “a síntese de todas as outras ciências que procuram as propriedades e qualidades das coisas materiais”. A literatura, portanto, deveria esforçar-se para alcançar mais fidelidade em relação à sua matéria, a vida, sobretudo no que tange à linguagem empregada para descrevê-la, evitando “as ampliações retóricas, insufladas de sinônimos”, chamadas – critica Braga –, pelos portugueses, de “estilo clássico”, à moda de “Frei Luís de Sousa, em que se relê depois de ler, e se torna a ler, em que se volta de mil maneiras às formas arredondadas, em que não há um pensamento” (BRAGA, 1865, p. 338.).

A estética realista torna-se, então, um instrumento de combate que negaria ao romantismo qualquer hipótese de sobrevivência em um século de conhecimentos positivos. Por outro lado, o trecho acima revela, também, certa recusa ao clássico nacional, esse Portugal arcaico no tema e na forma, o Portugal medieval inventado pela escrita romântica de Almeida Garrett e de *Alexandre Herculano*.

Contudo, poderia a Geração de 1870 ignorar, ou mesmo recusar, a relevância da Idade Média portuguesa na construção da nacionalidade? Parece que sim. Oliveira Martins também criticava, em *Alexandre Herculano*, a fixação da origem da nação no medievo. Herculano qualificava-o como um período exemplar da criação nacional, época de equilíbrio entre o que considerava os princípios dinâmicos da história das nações: a desigualdade e a liberdade. Contudo, para Oliveira Martins, não era isso que estava em jogo, mas a ausência de vínculos, entre os escritos de Herculano e a memória coletiva da nação. “Sabidamente extraídos das crônicas por um erudito, que relação havia entre eles [*Lendas e narrativas, O monge de Cister, O Bobo*] e as memórias e lembranças vivas na imaginação popular? Nenhuma”, acusava Martins. “Que sentimentos, que memórias estavam ligados a essas façanhas de tempos breves e sem caráter particularmente português?”. Para o historiador lisboeta, esses tempos remotos não compunham a “positiva História da Nação” (MARTINS, 1895, vol. II, p. 134-135.).

Há mais de um tópico a destacar nestes excertos. Por que os tempos medievais não eram propriamente portugueses? De acordo com Oliveira Martins, não se poderia falar de nação em um período no qual a vontade política de *ser coletivamente* ainda não se manifestara. Outro ponto a salientar é a expressão “positiva História da Nação”. Podemos inferir que ela indica a concepção de ciência histórica professada por Oliveira Martins: a de que fatos históricos somente podem ser deduzidos de documentos e não de crônicas, como o fazia

Herculano. A crítica à representação romântica do passado português, embora atenuada, também é dirigida a Almeida Garrett. “Mais perspicaz”, em *A sobrinha do Marquês*, Garrett colocava em cena o Marquês de Pombal, “tipo vivo, presente, popular; e se também ia à Idade Média (*Arco de Sant’Ana, Alfageme*), era para explorar a moda, aproveitando os nomes antigos em dramas ou comédias da atualidade”. Oliveira Martins ressaltava que Garrett “via que no povo português não havia tradições medievais”; explorou, então, os romances e histórias da tradição oral e tratou-os como “a poesia da raça”. Contudo, o *Romanceiro*, não tinha “alcance para o renascimento da nacionalidade, porque em Portugal a Nação provinha de uma História e não de uma raça individualizada” (MARTINS, 1895, vol. II, p. 135.).

Na obra de Oliveira Martins, a nação que renascera outrora – e que, novamente, necessitava de uma ressurreição – não se localizava no passado fabulado pelos dois mestres românticos e liberais. A nação não era *raça*; a nação era *história*. Por este motivo, Herculano e Garrett não teriam conseguido “acordar no povo lembranças desses dois séculos de Idade Média”, quando “a vida da Nação não tivera caráter próprio”. Somente com o início das grandes travessias marítimas, afirmava ele, é que “principia uma História particularmente portuguesa”. Entretanto, sua avaliação mais favorável destina-se à peça *Frei Luís de Sousa*, quando Almeida Garrett soube como nenhum outro escritor de seu tempo, de acordo com suas palavras, captar a alma nacional:

O *Frei Luís de Sousa* é a tragédia portuguesa, sebastianista. O fatalismo e a candura, a energia e a gravidade, a tristeza e a submissão do gênio nacional, estão ali. Não é clássico, nem romântico: é trágico, na bela e antiga acepção da palavra (...). Num momento único de intuição genial, Garrett viu por dentro o homem e sentiu o palpitar das entranhas portuguesas. Que ouviu? Um choro de aflições tristes, uma resignação heroicamente passiva,

uma esperança vaga, etérea, na imaginação de uma rapariga tí-sica e no tresvario do escudeiro sebastianista. (MARTINS, 1895, vol. II, p. 138).

Estes eram, então, os atributos que Oliveira Martins associava ao ser português: fatalismo, candura, energia, gravidade, tristeza, submissão, resignação e esperança. O caráter nacional, afinal, consistia em um agregado de sentimentos e de atitudes em que predominavam virtudes próprias aos mártires, complementadas por uma crença difusa na salvação coletiva a ser conduzida por um fantasma. Não seria, com todo aquele medievo “bárbaro e defunto”, nem com D. Sebastião I, o Desejado, que a nacionalidade portuguesa renasceria...

O passado nacional configurava-se como um tema e um problema de um triplo ponto de vista: historiográfico, literário e político. Era necessário resolvê-lo, mesmo que fossem mobilizados a zombaria e o ridículo. *As Farpas* podem ser interpretadas, nesse registro, como a expressão de um nacionalismo masoquista que se comprazia em escarnecer dos valores nacionais, até mesmo de seu passado. No número de dezembro de 1871, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós classificavam como um insulto à nação, a declaração de alguns diplomatas estrangeiros que pretendiam divertir-se no país:

Aqui ninguém se diverte. Suas ex^{as}. estão extremamente enganadas: vieram talvez para Portugal por equívoco! Isto aqui é sério (...). Quem vem para aqui é para a bela melancolia! Nós não gostamos de nos rir. Nós somos graves! Havíamos de nos rir, não era mau: e tanta tristeza por essa história atrás, é o pobre D. Sebastião nas areias d'África, coitado! e o infame domínio de Castela (...). Nós trazemos na alma os crepes da nossa história. Dia e noite soluçamos, à beira do Tejo. Isto aqui não é lugar de troça. (ORTIGÃO; QUEIRÓS, 1871. p. 71).

Ora, o processo de identificação relaciona experiências novas e antigas, produz familiaridades e/ou estranhamentos. Em Portugal, uma possível solução para a reconstrução da nacionalidade, sobretudo após o *Ultimatum*, consistia em definir sua origem nos feitos gloriosos do passado. Não o medieval, como preconizava Oliveira Martins, mas o das navegações, de Camões e da “renascença portuguesa” (MARTINS, 1891). Ou, ainda, em exaltar seu presente, ao indicar o território africano como lugar de feitos heroicos, como sugere Eça de Queirós, em *A ilustre Casa de Ramires*⁶. No Brasil, a Geração de Setenta enfrentava outro problema: que lugar, ou que época, valorizar como origem? Não havia passado a valorizar, ou melhor, a avaliação da história pretérita, do passado colonial e imperial, era negativa. Nele, portanto, não se situava o ponto de partida de onde a alma nacional poderia acertar o passo com a marcha da civilização.

Na verdade, nossos letrados defrontavam-se com muitos problemas: eles reconheciam as tensões internas, os problemas sociais, os alegados riscos da mestiçagem, os contrastes regionais, a falta de unidade nacional, a “ausência de povo” e, sobretudo, a ausência de uma história “autêntica”, porque toda ela, derivada e consequência da história da metrópole. Onde, então, fundar a nacionalidade? Os românticos haviam escolhido a natureza da terra brasílica e seus naturais, mas em um século de conhecimentos positivos, o índio idealizado de Gonçalves Dias e de José de Alencar, como lugar original da nacionalidade, soava falso. Assim como soavam ilusórias e alheias ao espírito de combate e de intervenção, a melancolia e as “saudades” dos poetas românticos. Porém, desde o início de nossa atividade

6 O fidalgo Gonçalo Ramires, personagem, antes tímido e até covarde, segue para Moçambique, onde permanece por quatro anos, retornando vitorioso e rico; a África completara a mudança de seu caráter, despertando-o, como deveria despertar Portugal, de seu sono letárgico (QUEIRÓS, 1970, v. 2, p. 485-715).

literária, estrangeiros já orientavam nossos escritores quanto à direção para a qual deviam olhar.

Ferdinand Denis, Ferdinand Wolf, Almeida Garrett e Alexandre Herculano foram alguns desses escritores⁷ que recomendaram aos literatos brasileiros observar as majestosas cenas da Natureza, de modo a encontrar os motivos para a criação da autonomia em nossas letras. Luís Costa Lima assinala, entretanto, que a ida à natureza não significou aqui uma atitude reflexiva, filosófica e contestatória, como significara no romantismo europeu, pelo simples motivo que, desde a primeira geração romântica, a de Gonçalves de Magalhães, seus integrantes eram patrocinados e protegidos pelo Estado. Sem esse embate contra os poderes instituídos, o contato com a natureza teria que assumir outro rumo, “não o de estimular a autorreflexão, mas o de desenvolver o êxtase ante sua selvagem maravilha” (LIMA, 1989, p. 134 *et passim*).

Assim, a natureza, no Brasil, passou a ser a principal fonte de inspiração, *locus* privilegiado para a representação da nação e a elaboração de sua escrita. Mas, a partir da geração cientificista, a palavra fundamentada na natureza assumiria outra dimensão. Ela transforma-se no princípio essencial da existência individual e social. Na ausência de uma “boa” história, rica em proezas, a singularidade nacional, o que nos diferenciava da Europa, sobretudo da ex-metrópole, transferia-se, tanto na narrativa explicativa, quanto na ficcional, para o meio físico — clima, solo, relevo, vegetação — e para as características da raça. José Veríssimo empregou tais categorias para analisar a poesia de Gonçalves Dias que, pela primeira vez, misturava “o

7 Ver: Ferdinand Denis, *Scènes de la nature sous les tropiques* (1824), *Brésil* (1837) e *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826); Almeida Garrett, *Bosquejo da História da poesia e da língua portuguesa* (1826); Alexandre Herculano, *Futuro literário de Portugal e do Brasil* (1847); e Ferdinand Wolf, *Le Brésil littéraire* (1863).

acre das essências e o suave dos perfumes da nossa mata virgem” e “o sentimentalismo dengoso e sensual da nossa paixão amorosa”, com “a saudade do português e a nostalgia do negro, alguma coisa enfim que era *bem nativo*” (VERÍSSIMO, 1977, p. 14, grifo nosso.).

O mundo físico transformado pela ciência em complexo de normas e de fatos acabaria por se converter em limite inexorável para a construção da identidade nacional. A certeza de um destino irreversível cristalizava-se nos múltiplos determinismos, da raça, do meio, do temperamento. No romance e no conto, personagens e enredos submetiam-se ao destino cego das “leis naturais”. Para esse conjunto de escritores, cuja visão de mundo organizava-se em consonância com a estética realista – impessoalidade no trato dos assuntos e dos personagens, conforme Gustave Flaubert e Émile Zola – e com a doutrina positivista, a subjetividade romântica nada produzia de útil. A observação da natureza e a apreensão da cor local continuariam sendo as tarefas do escritor, não para que se abandonasse ao sentimentalismo e ao autoexílio, mas para que revelasse a realidade.

Espelhando-se nesses padrões, o escritor realista-naturalista propunha-se a revelar as moléstias da vida íntima e da vida pública, os defeitos morais da sociedade e dos indivíduos, não se contentando em descrevê-los, mas expondo as determinações que os definiam e os conformavam. E onde encontravam-se elas? Na natureza física e fisiológica – raça, clima e temperamento –, mas também na cultura, no meio e na educação. Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo, em seu romance inaugural do naturalismo brasileiro, *O mulato*, publicado em 1881, apresenta Ana Rosa, a principal personagem feminina, como produto de um sistema no qual se associavam de forma perniciosamente a hereditariedade, a fisiologia e a educação. Uma década depois, Herculano Marcos Inglês de Souza, romancista paraense, trazia aos leitores o padre Antônio de Moraes que, desgostoso com a civilização, embrenha-se nos sertões amazônicos com o propósi-

to de evangelizar os selvagens mundurucus. Antes recatado e devoto, *O missionário* termina por sucumbir à opulência esmagadora da floresta tropical e à sensualidade de seus nativos, amancebando-se com uma formosa mameluca. Já Adolfo Ferreira dos Santos Caminha oferecia, em seu *Bom-Crioulo*, publicado em 1895, na dicção crua e objetiva que pretendia ser a do naturalismo, a subversão da norma romântica do par amoroso, ao narrar a relação entre dois homens. Dominados pelo instinto sexual, Amaro, o “bom crioulo”, e Aleixo, um grumete da Marinha, entregam-se à preguiça e à degeneração que culminam em crime passionai. A plenitude, entretanto, da corrente literária teria sido alcançada em *O cortiço*, no qual Aluísio Azevedo – fiel ao primado do estabelecimento das relações entre a realidade e as leis que a regiam – faz desfilar toda uma legião de indivíduos oprimidos por um destino implacável, determinado pela eterna repetição de mecanismos inelutáveis.

José Veríssimo, embora reconhecendo a “grande arte do realismo”, censurava a razão analítica que o caracterizava, suas descrições pormenorizadas, suas dissecações da alma. Tudo isto era falso: “essa psicologia meticulosa, minuciosa, rebuscada, preciosa como a língua das sabichonas”. Machado de Assis, ao contrário, constatava ele, escrevia sem essas preocupações caricatas. Por isso, o autor de *Dom Casmurro* era, talvez, o único escritor brasileiro que conseguira atingir um âmbito universal: “o simplesmente humano, sem preocupação de representações etnográficas e locais”. De acordo com o crítico paraense, “a extrema flexibilidade do seu talento permite-lhe casar perfeitamente a verdade geral e superior da natureza humana, com a *verdade particular do temperamento nacional*” (VERÍSSIMO, 1977, p. 29, grifos nossos). Machado teria resolvido um dos problemas básicos daqueles que tentavam edificar a nação pelas letras: a conciliação entre o registro local e o padrão universal, ou seja, o europeu.

Entretanto, a razão vitoriosa no século da Ciência, com sua dupla dimensão analítica e totalizante, constituía um dos fundamentos da visão de mundo da Geração de 1870. A crença positivista nos fatos internalizara o modelo das ciências biológicas, tanto na escrita da história, quando o historiador partia da investigação de acontecimentos particulares, chegando ao conhecimento das relações “objetivamente” existentes entre eles, quanto na escrita do romance, cercada por leis gerais e causalidades semelhantes às estabelecidas pela química, ou pela biologia. O método científico ultrapassava, assim, seu território discursivo, alcançando e conformando o discurso ficcional. Costa Lima assinala que o avanço da historiografia positivista se desenvolveu simétrico ao do romance naturalista; ao privilegiar o documento, entendido como única possibilidade de reconstituição do acontecimento, o Romance transformava-se em sucursal da História (LIMA, 1986, p. 232-233).

A narrativa naturalista – documento social, fotografia do temperamento, descrição da verdade – conjugava-se, pois, com o positivismo “difuso” de nossos escritores, para produzir certa forma de esclarecer a realidade nacional. Seria assim também em Portugal? Já se afirmou por diversas vezes que a doutrina de Auguste Comte não encontrou em nenhuma outra parte, como na América Latina, terreno tão propício à sua difusão. De fato, além do positivismo, os determinismos, as leis naturais e imutáveis situavam-se não só aqui, mas, em Portugal, no âmago das explicações sobre o mundo humano e social. Contudo, existiria alguma relação entre as fórmulas dessas doutrinas e sua pronta adesão pela mocidade dos anos Setenta, quiçá sua longevidade aqui e lá? António José Saraiva responderia afirmativamente, quanto a Portugal. Para ele, o positivismo, “filosofia dos que são insensíveis ao mistério do Ser”, combinou melhor com “a preguiça mental dos portugueses” (SARAIVA, 1995, p. 70). Também se poderia alegar o mesmo dos brasileiros? Um de nossos

mais brilhantes pensadores julgava que sim, uma vez que apontava como um dos aspectos mais constantes e significativos do “caráter brasileiro”, esse gosto acentuado “pelas formas fixas e pelas leis genéricas”, que circunscrevem a realidade complexa no âmbito dos nossos desejos:

Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as ideias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria. É possível compreender o bom sucesso do positivismo entre nós e entre outros povos parentes do nosso, como o Chile e o México, justamente por esse repouso que permitem ao espírito as definições irresistíveis e imperativas do sistema de Comte. (HOLANDA, 1976, p. 117).

Com efeito, as filosofias naturalistas foram compreendidas e assimiladas aqui, em virtude dessas ideias “definitivas”, mas também porque davam prosseguimento ao paradigma da observação inaugurado com os primeiros românticos. Sob essa diretriz, o Romantismo concebera a poesia e o romance como testemunhos da natureza, dos costumes e dos modos de falar, isto é, das peculiaridades da paisagem natural e humana “brasileira”. Esse princípio, contudo, reforçara-se, em razão das teses científicas, quando o discurso elucidativo, a exemplo da História, incorporara e exacerbava o papel da observação, em detrimento do pensamento especulativo. Note-se, por exemplo, como Sílvio Romero fornecia uma completa receita historiográfica vazada nos moldes de uma ciência abrangente que contemplasse todas as dimensões de nossa vida coletiva:

O verdadeiro historiador do Brasil deveria ser bastante naturalista para (...) distender a descrição vasta, exata, verdadeira da terra nacional, determinando-lhe as zonas, os climas, os aspectos (...); deveria ser bastante etnologista para compreender e amar as di-

versas raças que levantaram neste país as suas tendas (...); deveria ser bastante economista para surpreender o povo no seu trabalho (...) mostrando a escravidão, o grande crime da raça colonizadora (...) que tem feito, que ainda hoje faz a nossa história ser uma obra de privilégio e iniquidade; (...) deveria ser bastante erudito para conhecer a fundo todos os fatos do passado nacional; deveria, finalmente, ser bastante poeta para construir de tudo isto uma obra artística, viva, palpitante de seiva e de entusiasmo. (ROMERO, 1898, p. 6-8.).

Afinal, que valor poderia ser atribuído à descrição vasta, exata, verdadeira das zonas, dos climas, enfim, da paisagem natural do país? Tratava-se, ainda, da mesma concepção e da mesma finalidade que estimulavam nossos românticos, nas décadas iniciais do Oitocentos. Se antes a natureza brasílica era louvada com o propósito de, por seu intermédio, expressar a nacionalidade, agora, cumpria examiná-la e descrevê-la, mantendo, embora, a mesma intenção: *revelar e relevar* as particularidades nacionais, ou por outra, construir a identidade nacional pela escrita. Uma vez que, para a desgraça de seus letrados, a nação não se formara a partir de uma vontade consciente e coletiva; uma vez que não se podia contar com o povo, “uma multidão quase amorfa sem um caráter firme, intransigente, definido” (ROMERO, 1911, p. 17.), então, a nação seria sua singularidade natural e suas cores locais.

Para Hans Robert Jauss, “a literatura como acontecimento cumpre-se primordialmente no horizonte de expectativas dos leitores, críticos e autores, seus contemporâneos e pósteros, ao experienciar a obra” (JAUSS, 1994, p. 26). Para analisar, portanto, um texto literário em sua historicidade própria, o crítico alemão aponta a necessidade de se reconstituir esse horizonte de expectativas no interior do qual uma obra foi criada e recebida no passado. Esse procedimento possibilitaria, segundo ele, a emergência de questões para as quais o texto

funcionou como uma resposta e, por conseguinte, que se compreenda, hoje, a maneira pela qual o leitor de outrora o incorporou à sua própria experiência.

Admitindo, portanto, a argumentação de Jauss e aceitando o pressuposto de que a História e o Romance oitocentistas constituem territórios discursivos privilegiados para o exame do conjunto de transformações que conformaram a modernidade ocidental, na passagem do século XVIII para o XIX, entre as quais se ressalte a mudança do entendimento e da sensibilidade acerca das noções de passado e de futuro, torna-se possível interpretar os *discursos* que exploramos neste ensaio como uma resposta simbólica a indagações inscritas no horizonte de expectativas de escritores e leitores portugueses e brasileiros⁸. As perguntas – Quem somos nós? Por que somos assim? O que queremos ser? – e as respostas revelam, contudo, que aquelas sociedades vivenciavam, àquela altura, uma relação inquieta, desconfortável, dilemática, com as representações de seu passado e com as projeções de seu futuro.

O vivido e o devir, portanto, definem os marcos no interior dos quais a resposta central construiu-se em ambos os lados do Atlântico: abstração poderosa, horizonte político principal da cultura ocidental moderna, seu nome é *nação*. Essa representação identitária encontrou nas narrativas ficcional e historiográfica seus espaços discursivos mais adequados, uma vez que suas formas de escrita, totalizantes, incorporadoras, mobilizam um amplo sistema de referências sociais.

Ora, um dos mais notáveis sistemas de referências na cultura oitocentista, o cientificismo – crença na possibilidade de uma lingua-

⁸ Ver, a respeito da mudança na modernidade dos conceitos de passado e futuro (LIMA, 1980), (KOSELLECK, 2006),

gem única capaz de alcançar e revelar a verdade inscrita no mundo natural e no mundo humano – e o modelo de narrativa dele resultante, o realista-naturalista, constituem os recursos com os quais, em Portugal e no Brasil, a Geração de 1870 procurou responder às indagações *de e sobre* suas respectivas sociedades. Hayden White sustenta que a nação moderna, como “um modo especificamente político de comunidade humana”, requereu, por sua natureza política, “um modo narrativo para sua representação” (WHITE, 1991, p. 53). Entretanto, a dimensão política do relato historiográfico oitocentista pode ser atribuída, também, ao relato ficcional, uma vez que, em ambos, a representação desse ente coletivo integrava e organizava semelhanças e afinidades, assim como diferenças e estranhamentos.

Tanto a História quanto o Romance, conformando-se à narrativa “objetiva” do acontecido e do inventado, acabavam por atribuir unidade e coerência a acontecimentos e indivíduos – reais ou imaginários – dispersos e heteróclitos. Ao transfigurar a desigualdade, a heterogeneidade e a pluralidade da vida coletiva, por meio de uma representação agregadora e identitária, essas narrativas ofereciam coesão, sentido e significado ao labirinto da experiência humana, elaborando e disseminando *na e pela* escrita, essas “comunidades imaginadas”, a nação portuguesa e a nação brasileira.

RECEBIDO: 25/05/23 APROVADO: 28/05/23

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio Tancredo Gonçalves de. *O mulato*. 12^a ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1945.

_____. *O cortiço*. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1967 (Biblioteca de literatura brasileira).

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4^a ed. Brasília: Ed. da UNB, 1963.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989 (Série Temas, 9).

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi* (vol. 5). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- BRAGA, Joaquim Teófilo Fernandes. As teocracias literárias. Relance sobre o estado actual da literatura portuguesa. In: FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José. *Bom senso e bom gosto*. A questão coimbrã. 2ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985. 2 vols. (Temas portugueses). p. 331-341.
- _____. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. 4 v. (Temas portugueses) [1ª edição da Introdução, 1870].
- BUCKLE, Henry Thomas. *Histoire de la civilization en Angleterre*. Paris: A. Lacroix, Verboeckhoven et C. Éditeurs, 1865.
- CAMINHA, Alfredo Ferreira dos Santos. *Bom-crioulo*. São Paulo: Ática, 1995.
- CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o homem*. Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994 (Coleção Tópicos).
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CIDADE, Hernani. *Século XIX*. A revolução cultural em Portugal e alguns dos seus mestres. Lisboa: Edições Ática, 1961 (Coleção Ensaio).
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 (Retratos do Brasil, 56).
- COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Sul Americana S.A., 1955.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- GOBINEAU, Joseph Arthur de. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. 3ª. ed. Paris: Librairie de Paris, 1855.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976 (Coleção Documentos brasileiros, 1).
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994 (Série Temas, 36).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, Luís Costa. *Mímesis e modernidade. Formas das sombras*. Rio de Janeiro: Graal, 1980 (Biblioteca de Teoria e crítica literária, 1).

_____. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989 (Coleção Imagens do tempo).

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. 4ª. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

_____. Dois fins de século. In: BERARDINELLI, Cleonice et al. (Orgs.). *Singularidades de uma cultura plural*. Anais do XIII Encontro de Professores Universitários de Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1992.

MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. *História de Portugal*. 2ª. ed. Lisboa: Palas Ed., 1981. v. 3.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *Camões, “Os Lusíadas” e a renascença em Portugal*. 2ª. ed. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Casa Editora Lugan & Genelioux, Sucessores, 1891 [1ª edição, 1872].

_____. *Portugal contemporâneo*. 3ª. ed. (posthuma) e com alterações e additamentos deixados pelo auctor. Lisboa: Livr. de Antonio Maria Pereira, 1895. 2 vols. [1ª edição, 1881].

MEDINA, João. *As Conferências do Casino e o socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984 (Coleção Participar, 21).

ORTIGÃO, Ramalho; QUEIRÓS, Eça de. *As farpas*. Crônica mensal da política, das letras e dos costumes. Lisboa: Tipografia Universal, 1871-1872.

PIRES, António Machado. *A ideia de decadência na Geração de 70*. 2ª. ed. Lisboa: Vega, 1992.

QUEIRÓS, José Maria de Eça de. Os maias. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1970 (Biblioteca Luso-brasileira). vol. 2, p. 15-481.

_____. A ilustre Casa de Ramires. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1970 (Biblioteca Luso-brasileira). vol. 2, p. 485-715.

_____. A cidade e as serras. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1970 (Biblioteca Luso-brasileira). vol. 2, p. 721-869.

QUENTAL, Antero Tarquínio de. *Prosas sócio-políticas*. Publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1982.

ROMERO, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos. *Novos estudos de literatura contemporânea*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier Liv. Ed., 1898.

_____. Nosso maior mal. In: _____. *Provocações e debates*. Contribuições para o estudo do Brasil social. Porto: Chardron de Lello & Irmão Ed., 1910.

_____. *O Brasil na primeira década do século XX*. Lisboa: Tip. de “A Editora”, 1911.

SÁ, Maria das Graças Moreira de. *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação e Cultura, 1986.

SARAIVA, Antônio José. *A tertúlia ocidental*. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e outros. 2ª. ed. Lisboa, Gradiva, 1995.

SERRÃO, Joel. *Temas oitocentistas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. 2 vols.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Seus fundamentos econômicos. 3ª. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

SOUZA, Herculano Marcos Inglês de. *O missionário*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira: 3ª série*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977 (1ª edição, 1903).

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea da história. *Revista de História*. Campinas: UNICAMP, v. 2, n. 3, p. 47-89, 1991.

MINICURRÍCULO

MARIA APARECIDA REZENDE MOTA é Professora Associada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre e Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Pós-doutora pelo Programa de Pós-doutorado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e autora de vários trabalhos sobre a historiografia e a literatura oitocentistas no Brasil e em Portugal.